



SUMÁRIO

12251 - QUALIFICAÇÃO DOCENTE E DESEMPENHO DISCENTE: UM ESTUDO NAS UNIVERSIDADES CATARINENSES QUE OFERTAM GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Eduardo Tramontin Castanha, Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Kátia Aurora Dalla Libera Soratto, Januário José Monteiro, Zeli Felisberto, Idianete Paula Seque, Carolina Citadin Milaneze, Andréia Cittadin, Dourival Giassi¹

12402 - A GOVERNANÇA AO LONGO DA EVOLUÇÃO DO REGISTRO DA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DOS VALES DA UVA GOETHE: O PAPEL DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

Vanessa Estevam, Guilherme Spiazzi dos Santos, Zeli Felisberto, Júlio Cesar Zilli, Ricardo Pieri, Adriana Carvalho Pinto Vieira

12686 - AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CONTROLES INTERNOS NAS ÁREAS DE CONTAS A RECEBER E DE CONTAS A PAGAR DAS EMPRESAS DA REGIÃO DA AMREC-SC

Vicente Pedro Antônio¹, Guilherme Demétrio Cechinel², Cleyton de Oliveira Ritta³

13013 - REFLEXOS DO DESEMPENHO DOS CONCLUINTES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS UNIVERSIDADES DE SANTA CATARINA NAS QUESTÕES DE CUSTOS NO ENADE 2009 E 2012

Januário José Monteiro¹, Andréia Cittadin², Zeli Felisberto¹, Carolina Citadin Milaneze¹, Júlia Constante Pereira¹, Idianete Paula Seque¹, Eduardo Tramontin Castanha¹, Dourival Giassi², Milla Lúcia Ferreira Guimarães².....

13103 - O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NAS DISCIPLINAS DE CONTABILIDADE DE GESTÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC.

Januario José Monteiro¹, Andreia Cittadin², Francyne Marques da Silva¹, Carolina Citadin Milaneze¹, Anderson Coreia Benfatto¹, Idianete Paula Seque¹, Eduardo Tramontin¹, Dourival Giassi², Milla Lúcia Ferreira Guimarães²

13266 - PERCEPÇÕES ACERCA DA MONITORIA NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC

Idianete Paula Seque, Januário José Monteiro, Eduardo Tramontin Castanha, Carolina Citadin Milaneze, Júlia Constante Pereira, Zeli Felisberto, Andréia Cittadin, Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Dourival Giassi¹

14390 - O IMPACTO FINANCEIRO DA INCLUSÃO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NA BASE DE CÁLCULO PARA CRÉDITO DE PIS E COFINS.

José Luiz Possolli, Angelina Palhano dos Santos¹

14598 - O PRESSUPOSTO DE BITRIBUTAÇÃO DO IPI NA REVENDA DE PRODUTOS IMPORTADOS.

José Luiz Possolli¹, Januário José Monteiro².....

14781 - PASSIVO E SUA CLASSIFICAÇÃO



Francisca Fernanda Pereira de Souza Marques¹



Resumo de Pesquisa (concluído)

12251 - QUALIFICAÇÃO DOCENTE E DESEMPENHO DISCENTE: UM ESTUDO NAS UNIVERSIDADES CATARINENSES QUE OFERTAM GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Eduardo Tramontin Castanha, Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Kátia Aurora Dalla Libera Soratto, Januário José Monteiro, Zeli Felisberto, Idianete Paula Seque, Carolina Citadin Milaneze, Andréia Cittadin, Dourival Giassi¹

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

No âmbito universitário, a transmissão de conhecimentos não mais atende aos objetivos do mundo contemporâneo visto a necessidade em desenvolver capacidades críticas e habilidades dos estudantes. Para exercer a docência, Masetto (2003) comenta que até pouco tempo era preciso ter destaque profissional em sua área de formação, colocando em segundo plano a formação pedagógica. Cunha (2004) cita que a formação do professor universitário se constituiu com base na afirmação “quem sabe fazer, sabe ensinar”, influenciado pela supremacia do conhecimento técnico em detrimento ao pedagógico. No que tange aos docentes dos cursos de Ciências Contábeis, Miranda (2013) menciona a existência de 3 tipos de qualificação: acadêmica, profissional e pedagógica. A acadêmica refere-se a formação nos níveis Lato e Stricto Sensu; a profissional caracteriza-se pelo contato com o mercado de trabalho; a pedagógica, a preparação do professor para o exercício docente. Em relação ao desempenho discente, o MEC para avaliar o ensino superior implantou métodos avaliativos, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que objetiva aferir o desempenho dos estudantes nos conteúdos programáticos, habilidades e competências. Nos cursos de Ciências Contábeis, desde 2006, a média de desempenho, nacional e nos cursos das universidades catarinenses, está em torno de 30%. Espera-se contribuir com as discussões sobre a formação dos docentes de Ciências Contábeis, a reflexão sobre o saber e o saber-fazer, e com a formação discente, tanto no meio acadêmico e profissional. O objetivo geral consiste em verificar nos cursos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses a relação entre a qualificação docente e o desempenho discente no ENADE. Os específicos: i) identificar as universidades catarinenses que ofertam graduação em Ciências Contábeis e os professores que lecionam conteúdos de conhecimentos específicos; ii) averiguar a titulação acadêmica dos professores; iii) identificar o resultado do ENADE2012. A pesquisa classifica-se como descritiva, documental e quantitativa utilizando-se o Software SPSS para a análise de correlação. Das 12 universidades identificadas, 6 participaram da pesquisa. Os resultados apontam que, a) quanto maior a Qualificação Acadêmica do professor, maior o resultado obtido no ENADE (correlação significativa); b) a Qualificação Profissional não interfere no resultado no ENADE (correlação baixa); c) a qualificação pedagógica, em primeira análise não apresenta relação com a nota ENADE. Observou-se que a universidade com menor nota no ENADE optou por reter e capacitar os docentes, mantendo os docentes com qualificação acadêmica e contratando novos com titulação Stricto Sensu. A universidade com maior nota no Exame prima em considerar o tempo de docência, a experiência e a titulação de seus professores.



Palavras-chave: ENADE, Qualificação acadêmica, Qualificação Pedagógica, Qualificação Profissional.

Fonte Financiadora: UNESC, PROPEX edital 12/2015.



Resumo de Pesquisa (concluído)

12402 - A governança ao longo da evolução do registro da Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe: o papel da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Vanessa Estevam, Guilherme Spiazzi dos Santos, Zeli Felisberto, Júlio Cesar Zilli, Ricardo Pieri, Adriana Carvalho Pinto Vieira

Resumo: Cada vez mais se tem imposto ao agronegócio brasileiro uma revisão completa de suas práticas e conceitos em decorrência da globalização. Não há mais espaço para entender a propriedade rural apenas como um modelo fornecedor de matéria prima, isolada. O agronegócio passou a ser encarado como um sistema, abrangendo desde a pesquisa, os insumos, tecnologias de produção, transporte, processamento, à distribuição, preço e consumidor final. O produtor rural precisa reconhecer-se dentro dessa complexidade (VIEIRA, WATANABE e BRUCH, 2012). Neste sentido, o reconhecimento de IG para um determinado território pode induzir a abertura e fortalecimento de atividades relacionadas à valorização do patrimônio, diversificação da oferta, às atividades turísticas, ampliando o número de beneficiários. Há a possibilidade de se criar sinergias entre os agentes locais, entre o produto ou serviço da IG e outras atividades de produção ou serviço. O presente estudo teve como objetivo apresentar a evolução da governança da ProGoethe e o papel da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) neste contexto, onde verificou que há uma forte contribuição da pesquisa (instituições de pesquisa e universidades) na implementação e desenvolvimento da IPVUG. Diversos atores foram beneficiados no processo: os produtores envolvidos no processo da implementação da IG; outros produtores de uva e vinho e suco de uva; atores locais (ligados ao turismo/enoturismo); pesquisadores e técnicos cuja experiência é reconhecida nacionalmente (e internacionalmente). No entanto, ainda há a necessidade de um esforço maior de aproximação entre os diversos stakeholders (setor público, setor privado e sociedade) para que todos os envolvidos, bem como o território, possam usufruir dos possíveis benefícios que a IG permite. É necessário construir parcerias, que possam auxiliar no desenvolvimento estratégico da IG e receber apoio do setor governamental, a fim de que políticas públicas sejam elaboradas para maior apoio pós-concessão do registro da IG. E é a partir destas parcerias, que nos últimos anos, decorrente dos projetos de pesquisa e extensão do Grupo de Pesquisa – Propriedade Intelectual, Desenvolvimento e Inovação (PIDI), vinculado à Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) diversas pesquisas foram realizadas sob o tema dos Vales da Uva Goethe, propiciando uma visão holística da situação do desenvolvimento socioeconômico após a concessão do registro da IPVUG no INPI.

Palavras-chaves: Governança, Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe, desenvolvimento, Universidade.



Resumo de Pesquisa (concluído)

12686 - AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CONTROLES INTERNOS NAS ÁREAS DE CONTAS A RECEBER E DE CONTAS A PAGAR DAS EMPRESAS DA REGIÃO DA AMREC-SC

Vicente Pedro Antônio¹, Guilherme Demétrio Cechinel², Cleyton de Oliveira Ritta³

¹Graduando em Ciências Contábeis – UNESC,

²Aluno do Colégio CEDUP - Centro de Educação Profissional,

³Professor do Curso de Ciências Contábeis - UNESC

O controle gerencial é um elemento de gestão que estabelece métodos e procedimentos de trabalho utilizados pelos colaboradores para alcançar objetivos organizacionais determinados pela alta administração de uma empresa (ATKINSON et al., 2000). Dentre os mecanismos de controle gerencial, destaca-se o controle interno que tem a função de proteger ativos empresariais, bem como garantir a precisão e a confiabilidade das informações gerenciais (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002; ATTIE, 2011). Na área financeira, o controle interno estabelece políticas para as rotinas de recebimentos e pagamentos, com o objetivo de evitar fraudes e desvios, uma vez que tais atividades movimentam recursos financeiros das organizações. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é avaliar as práticas de controle interno nas áreas de contas a receber e de contas a pagar das empresas localizadas na Associação dos Municípios da Região Carbonífera de Santa Catarina (AMREC). Para atingir o objetivo geral, realiza-se uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa do tipo levantamento; por meio de questionário de estrutura fechada aplicado em 433 empresas que foram selecionadas de modo intencional por acessibilidade. Os resultados de avaliação das práticas de controle interno de contas a receber evidenciaram que existem: a) autorização de limite de crédito para clientes (79,91%); b) autorização para a concessão de desconto e/ou dispensa de juros nas duplicatas a receber (79,91%); c) política de acompanhamento de duplicatas a receber vencidas e não recebidas (87,30%); d) orientação para que os recebimentos sejam efetuados diretamente na conta caixa/bancos (77,14%); e) procedimentos de segurança, como cofre, no caso de recebimento por meio de cheques para guarda de títulos (54,04%). Os resultados de avaliação das práticas de controle interno de contas a pagar apontaram que existem: a) revisão e autorização para pagamentos de duplicatas (88,91%); b) monitoramento de duplicatas a pagar para evitar atrasos nos pagamentos (94,00%); c) política de acompanhamento de duplicatas a pagar vencidas e não pagas (73,44%); d) duas assinaturas escritas ou eletrônicas para efetuar os pagamentos (44,34%); e) mecanismos para evitar pagamentos em duplicidade (76,21%). Diante dos resultados, conclui-se que as empresas investigadas contemplam práticas adequadas de controles internos para as áreas de contas a receber e de contas a pagar. Isso mostra que as empresas buscam controles para salvaguardar seus ativos financeiros, bem como orientações para que seus colaboradores executem as atividades de acordo os procedimentos estabelecidos, a fim de minimizar erros, fraudes e desvios. Cabe observar que nas microempresas, a avaliação das práticas de controles internos foi menor em relação às demais empresas. Tal evidência revela a existência de fragilidades nesses controles ou a pouca necessidade de práticas controles internos, uma vez que o proprietário conduz pessoalmente o próprio negócio sem apoio de terceiros na gestão.



Palavras-Chave: Controle Gerencial; Auditoria; Associação dos Municípios da Região Carbonífera de Santa Catarina-AMREC.

Fonte Financiadora: PIBIC Jr./UNESC 2015-2016

Referências:

ATKINSON, a. et al. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Atlas, 2000.

ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas: 2011.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. C. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.



Resumo de Pesquisa (concluído)

13013 - REFLEXOS DO DESEMPENHO DOS CONCLUINTES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS UNIVERSIDADES DE SANTA CATARINA NAS QUESTÕES DE CUSTOS NO ENADE 2009 E 2012

Januário José Monteiro¹, Andréia Cittadin², Zeli Felisberto¹, Carolina Citadin Milaneze¹, Júlia Constante Pereira¹, Idianete Paula Seque¹, Eduardo Tramontin Castanha¹, Dourival Giassi², Milla Lúcia Ferreira Guimarães²

¹Graduando de Ciências Contábeis da UNESC. Membros do (NECON).

²Professor (a) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Contábeis (NECON)

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é um instrumento que compõe o processo avaliativo pertinente ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e visa verificar o desempenho dos estudantes de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e às competências desenvolvidas. O exame contém a prova, questionário atrelado à avaliação da prova, questionário estudantil e questionário do coordenador do curso. A prova é aplicada trienalmente e contém questões de conhecimento geral e específico. Em ciências contábeis o ENADE foi aplicado em 2006, 2009, 2012, 2015. Este estudo tem o propósito de verificar o desempenho dos concluintes dos cursos de ciências contábeis das universidades de Santa Catarina nas questões de custos no ENADE em 2009 e 2012. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagens quantitativa e qualitativa, por meio de um estudo documental nos relatórios do INEP. Os resultados evidenciam que: (a) Custos é o segundo conteúdo da profissão mais enfatizado correspondendo assim, em 20% e 27% dos conteúdos específicos nos anos de 2009 e 2012, respectivamente; (b) houve uma concentração do assunto relação custo-volume e lucro, pois, representaram em torno de 50% dos conteúdos analisados; (c) em 2009 a média de acertos da questão 25 nos cursos investigados foi maior em relação à média regional e nacional, por conseguinte nas questões 26 e 40 o percentual de acerto foi maior em relação à nacional, porém, menor à regional. Em 2012 as médias de acerto dos cursos analisados nas questões 11, 12, 13, 18, 27 apresentaram maiores médias do que a regional e nacional. Conclui-se que a contabilidade de custos é uma temática relevante para a avaliação do desempenho dos estudantes, e acredita-se, que isso se deve ao fato de que atualmente a contabilidade na gestão empresarial é um requisito importante para a sobrevivência das organizações, por isso se requer avaliar as competências desenvolvidas pelos estudantes nessa área. Portanto, os cursos de ciências contábeis das universidades de Santa Catarina apesar de terem dito um desempenho satisfatório nesta temática em relação a região e o país, devem estar atentos e implementar melhorias no processo de ensino e aprendizagem afim de fazerem face à demanda do mercado por profissionais competentes.

Palavras-chave: ENADE; Desempenho dos estudantes; Ciências Contábeis.

Fonte financiadora: PIBIC.



Resumo de Pesquisa (concluído)

13103 - O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NAS DISCIPLINAS DE CONTABILIDADE DE GESTÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC.

Januario José Monteiro¹, Andreia Cittadin², Francyne Marques Da Silva¹, Carolina Cittadin Milaneze¹, Anderson Coreia Benfatto¹, Idianete Paula Seque¹, Eduardo Tramontin¹, Dourival Giassi², Milla Lúcia Ferreira Guimarães²

¹Graduando de Ciências Contábeis da UNESC. Membros do (NECON).

²Professor (a) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Contábeis (NECON)

A universidade tem a finalidade de promover a indissociabilidade entre o tripé ensino, pesquisa e extensão. No que se refere à atividade de ensinar, seu papel não se resume apenas na socialização e transmissão de conhecimentos, mas também em oportunizar o pensamento crítico aos estudantes, de modo a desencadear o desenvolvimento da autonomia intelectual, bem como a participação ativa do indivíduo na sociedade. Recentemente nos meios acadêmicos é constante a reflexão sobre as metodologias de ensino e aprendizagem, bem como a renovação dos processos educacionais. Atendendo que o atual contexto educacional e do mundo do trabalho requer das Instituições de Ensino Superior (IES) a formação de profissionais com competências que transcendam ao tecnicismo, é preciso empregar metodologias de ensino-aprendizagem que possibilitem a atuação ativa dos estudantes, de modo que se transformem em indivíduos com capacidade analítica, crítica e reflexiva, e, por conseguinte cidadãos comprometidos com a sociedade. Diante disso, o objetivo do artigo é investigar o uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem nas disciplinas que compõem a área Contabilidade de Gestão do Curso de Ciências Contábeis da UNESC. O estudo é descritivo, qualitativo, realizado mediante pesquisa de levantamento numa amostra de 5 docentes, e se limita investigar a unidade de formação da área categorizada como Contabilidade de Gestão, que contempla as seguintes disciplinas: a) Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis (I e II); b) Contabilidade de Custos; c) Contabilidade e Análise de Custos; d) Contabilidade Orçamentária Empresarial; e) Contabilidade Gerencial; f) Contabilidade Avançada (I e II); e g) Contabilidade e Governança Corporativa nas Empresas. Os resultados apontam que o perfil dos docentes investigados é de um professor especialista, que possui atividades profissionais além da docência, predominantemente do gênero masculino e busca formação continuada na sua área de atuação. Os docentes indicam que diversificam as metodologias de ensino-aprendizagem, promovem trabalho em equipe e a autonomia dos estudantes, utilizando-se dos conhecimentos prévios destes. Cabe salientar que dos docentes investigados todos empregam a aula expositiva e estudo de caso, porém, além destes métodos, três indicaram que utilizam pesquisa científica; quatro apontaram atividades extraclasse; um faz uso de seminários, um realiza visitas técnicas; dois fazem simulações; um ensino a distância e um ensino individualizado. Contudo, verificou-se que as metodologias tradicionais ainda são as principais estratégias usadas no ensino da contabilidade de gestão devendo-se pelo fato de que os docentes investigados na sua maioria são especialista e apenas um possui *Stricto sensu* indo assim ao encontro dos achados de Marion (2001) e Montes et al. (2011), que indicam que na área das Ciências Contábeis o ensino-aprendizagem é ainda centralizado na figura do professor.



Palavras-chave: Metodologias ativas; Contabilidade de gestão; Processo ensino-aprendizagem.

Fonte financiadora: PIBIC.



Resumo de Pesquisa (concluído)

13266 - PERCEPÇÕES ACERCA DA MONITORIA NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC

Idianete Paula Seque, Januário José Monteiro, Eduardo Tramontin Castanha, Carolina Citadin Milaneze, Júlia Constante Pereira, Zeli Felisberto, Andréia Cittadin, Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Dourival Giassi¹

¹Núcleo de Estudos Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

Devido à expansão do ensino superior as salas de aulas estão cada vez mais numerosas e heterogêneas e por consequência disso está se tornando mais difícil para o professor lecionar com enfoque na proposta de ensino individualizado, sem apoio de aluno monitor. A monitoria é desenvolvida há muitos anos (DANTAS, 2014), contudo, dificilmente são encontrados trabalhos científicos na área de Ciências Sociais Aplicadas (JESUS, et al., 2012), sobretudo em Contabilidade. Esse resumo investiga a percepção de professores, monitores e estudantes acerca da monitoria desenvolvida no curso de Ciências Contábeis da Unesc. O estudo torna-se relevante para a comunidade acadêmica, pois identifica a importância dela para o curso e para formação acadêmica e profissional dos estudantes. Primeiramente foram analisados os editais de monitoria da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA) do período de 2007 a 2016, sendo que o curso de ciências contábeis somou dez participações. Após, realizou-se a pesquisa de levantamento, mediante aplicação de três questionários, aos: i) professores; ii) monitores; iii) estudantes. Esses foram divididos em duas categorias: perfil e percepções sobre a atividade de monitoria. O período para recepção de respostas foi de 9 a 19 de Agosto de 2016. Os questionários foram desenvolvidos e aplicados via plataforma google e enviados para a secretaria do Curso para serem reencaminhados à população investigada. Aos acadêmicos foram enviados apenas para os matriculados da 2ª até a 9ª fase do curso, uma vez que os alunos da 1ª fase ainda não usufruíram da atividade de monitoria. Foram obtidas respostas de 105 participantes, dos quais: 9 professores, 5 ex-monitores e 91 acadêmicos. Na UNESC, as atividades de monitorias foram implementadas e são regulamentadas pela Resolução n. 11/2007/CONSU. Os resultados mostraram que: a) 88,90% dos professores respondentes afirmam que a monitoria é importante para a formação dos acadêmicos e as solicitam em razão da necessidade apresentada por parte dos alunos, número elevado de alunos em sala de aula, pouco tempo para a resolução dos exercícios em sala de aula e alguns acreditam que os estudantes têm facilidade de aprendizado com colegas; b) 80% dos monitores respondentes afirmaram que precisaram aprofundar o estudo sobre os conteúdos pertinentes às disciplinas em que realizaram a monitoria; c) 47,5% dos estudantes respondentes afirmaram que a monitoria influenciou complemente no seu desempenho acadêmico. Constatou-se a que atividade de monitoria para a formação acadêmica dos estudantes monitores é uma experiência de iniciação à docência significativa e para os estudantes monitorados uma oportunidade de aprofundar os conhecimentos, sanar dúvidas, discutir e refletir sobre os saberes da área. No processo de ensino-aprendizagem a monitoria torna-se essencial, pois contribui como o desenvolvimento de competências tanto dos estudantes monitores como dos monitorados.



Palavras-chave: Ensino e aprendizagem, ensino superior em contabilidade, iniciação à docência.

Referências:

DANTAS, Otilia Maria. Monitoria: fonte de saberes à docência superior. Rev. Bras. Estud. Pedagog., [s.l.], v. 95, n. 241, p.567-589, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s2176-6681/301611386>. Acesso em 16 Mar 2016

JESUS, Daniele M. O.; MANCEBO, Rafael C.; PINTO, Fernando I. P.; BARROS, Giovanni V. E. Programas de monitorias: um estudo de caso em uma IFES. Pensamento Contemporâneo em Administração. Rio de Janeiro, v.6, n 4., p.61-86, out/dez 2012.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Resoluções sobre a Monitoria. Disponível em :< <http://www.unesc.net/portal/capa/index/50/8628> > Acesso em 11 Jul. 2016.

Resumo de Pesquisa (concluído)

14390 - O IMPACTO FINANCEIRO DA INCLUSÃO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NA BASE DE CÁLCULO PARA CRÉDITO DE PIS E COFINS.

José Luiz Possolli, Angelina Palhano dos Santos¹

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Devido à alta carga tributária brasileira, as empresas estão em uma busca constante por alternativas que possam reduzir o custo tributário da organização e com isso possibilitar a abertura de novos mercados consumidores, além de torná-la mais lucrativa. Diante disso, planejar estrategicamente o pagamento de tributos é fundamental para a saúde financeira da empresa. Na definição de Chaves (2014), planejamento tributário é a adoção de um plano a ser executado antes da ocorrência do fato gerador do tributo, visando direta ou indiretamente à economia tributária da empresa. Tal procedimento mostra-se como essencial para as empresas, uma vez que o custo tributário é considerado como entrave para o desenvolvimento dos negócios empresariais. Dessa forma, é importante que o profissional contábil esteja preparado para perceber divergências entre a legislação, instruções normativas, interpretações jurisprudenciais e afins, com a adoção de procedimentos que proporcionem menor ônus tributário, sem, contudo, infringir a legislação. Com isso, o presente estudo justifica-se pelo fato de que a busca por alternativas tributárias menos onerosas propicia maior competitividade às organizações, maximizando resultados. Neste sentido, a pesquisa tem por objetivo verificar o impacto financeiro gerado pela inclusão do ICMS substituição tributária – ICMS ST na base de cálculo para créditos de PIS e de COFINS, em uma empresa comercial varejista optante pelo lucro real. Busca-se, também, analisar a legislação referente ao PIS e a COFINS, no sentido de encontrar precedentes legais que sustentem o aproveitamento de créditos das referidas contribuições sobre a parcela do ICMS ST, o que é vedado pela Receita Federal. O presente estudo caracteriza-se como descritivo, com realização de pesquisa bibliográfica e com abordagem qualitativa. Para alcançar o objetivo do estudo, foi realizada a apuração do PIS e da COFINS com a inclusão do ICMS ST na base de cálculo para a determinação dos créditos, confrontando-se com a apuração realizada pela empresa atualmente, onde o ICMS ST não é incluído. Em relação aos resultados, conclui-se que embora o ICMS ST seja considerado como custo de aquisição, a sua inclusão na base de cálculo para créditos de PIS e COFINS encontra posicionamentos distintos, o que torna coerente sua utilização apenas com respaldo judicial. Em relação à prática dessa alternativa na empresa objeto de estudo, o impacto financeiro verificado por meio da apuração do PIS e da COFINS com o ICMS ST incluso na base de cálculo de créditos, resultaria em uma economia tributária no montante de R\$ 90.553,20 no ano de 2015, em relação ao recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS. Os objetivos da pesquisa foram alcançados, demonstrando que o impacto financeiro da inclusão do ICMS ST é relevante para a empresa objeto de estudo, que aguarda decisão de seus gestores para possível utilização.

Palavras-chave: Carga Tributária, Economia Tributária, ICMS ST, PIS e COFINS.

Resumo de Pesquisa (concluído)

14598 - O PRESSUPOSTO DE BITRIBUTAÇÃO DO IPI NA REVENDA DE PRODUTOS IMPORTADOS.

José Luiz Possolli¹, Januário José Monteiro²

¹Professor da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

²Graduando em Ciências Contábeis da UNESC e membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Contábeis (NECON).

O imposto sobre produtos industrializados (IPI) é um tributo de competência federal que incide na venda de qualquer produto resultante de operação que no decorrer do processo seja definida como industrialização, mesmo que incompleta, parcial ou intermediária, exceto nos casos em que haja previsão legal de imunidade, isenção, suspensão ou outro benefício fiscal que anule a incidência do IPI. Este imposto tem importante influência na economia, pois além de sua função arrecadatória funciona como instrumento regulatório do mercado, utilizado para corrigir distorções que possam comprometer a indústria nacional. Tem como garantia constitucional ser não cumulativo, à medida que obedece ao sistema de créditos, atribuída ao contribuinte; seletivo, mediante a essencialidade do produto e está dispensado do princípio da anterioridade, justamente devido a sua função extrafiscal, porém observa a anterioridade nonagesimal quando da alteração da alíquota. Os fatos geradores da obrigação tributária relativos ao IPI estão disciplinados no Regulamento do IPI, instituído pelo Decreto 7.212/2010, que regulamenta a cobrança, fiscalização e arrecadação do IPI, destacando-se: I) o desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira; II) a saída de produtos do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial. Observa-se que os equiparados a industriais são os comerciantes que importam produtos do exterior e os revendem, sem haver processo de industrialização. Diante disso, o presente estudo busca verificar se há embasamento legal da incidência deste tributo na revenda ao mercado nacional de produtos importados que não sejam submetidos à industrialização. O presente estudo caracteriza-se como descritivo e exploratório, com realização de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, com abordagem qualitativa. Os resultados apontam que: (I) na simples revenda de um produto importado não industrializado a obrigação jurídico tributária pressupõe bitributação e ausência de substrato legal que fundamente a nova incidência do IPI, bem como violação ao princípio da isonomia; (II) as operações de saída realizadas por importadores apenas sujeitar-se-ão à incidência do IPI caso venham a ser submetidas a um processo de industrialização no território nacional; (III) considerando que a incidência do IPI na importação equaliza o mercado e protege a indústria nacional, uma nova incidência na revenda destes produtos desequilibra o mercado, colocando o produto em uma situação concorrencial desfavorável. Deste modo, os resultados vão ao encontro do entendimento do STJ, que primou no seu parecer pela segurança jurídica e buscou livrar os contribuintes de tributação ilegítima. Conclui-se que tanto em uma análise jurídica e social quanto do ponto de vista econômico, torna-se evidente a impossibilidade da incidência do IPI na revenda de produtos importados não submetidos a processo de industrialização.

Palavras-chave: Revenda de produtos importados, Incidência do IPI, Bitributação.



Resumo de Pesquisa (concluído)

14781 - PASSIVO E SUA CLASSIFICAÇÃO

Francisca Fernanda Perira De Souza Marques¹

¹Graduanda do Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

O passivo é tratado como obrigações e compromissos de determinada entidade em termos monetários ou na forma de bens ou serviços a terceiros. Com o contexto de aprender um pouco mais sobre o assunto, esta pesquisa objetiva-se a mostrar, de uma forma breve, um pouco mais sobre o passivo assim como a sua classificação. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: descritiva e bibliográfico. Perante observações um passivo pode ser imposto a uma entidade pelo governo, por exemplo, através de impostos, multas, entre outros. Os passivos podem originar-se de mudanças do nível de preços ou de mudança na taxa de juros, também podem ser obrigatórios legalmente ou por obrigações justas que surgem através das exigências sociais, éticas ou morais. Devendo então, o passivo permanecer registrado até que ocorra a extinção da dívida, pelo pagamento. No Passivo Circulante, devem-se classificar as obrigações conhecidas e encargos estimados, no prazo estipulado pela deliberação nº 488/05 da CVM em 12 meses seguintes à data do balanço. No Passivo Exigível a Longo Prazo, são classificadas as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados de pagamento ocorrerão após o término do exercício seguinte a data do balanço patrimonial. Em conformidade com a lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, diz que: As obrigações da companhia, inclusive financiamento para aquisição de direitos do ativo permanente, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo exigível a longo prazo, se tiverem vencimento em prazo maior. Também de acordo com a Lei das S.A., os passivos serão avaliados conforme os seguintes critérios: As obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive imposto sobre a renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço; as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional a taxa de câmbio em vigor na data do balanço; as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo Exigível a Longo Prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo que os demais ajustados quando houver efeito relevante. Há ainda o passivo contingencial, que nada mais do que montante cujo a empresa deverá pagar em razão das decisões serem proferidas em ações judiciais. Um desembolso futuro que seja de eventos passados ou presentes. A correta apuração do passivo contingencial é de suma importância para a avaliação de uma empresa, especialmente nos processos de fusão, aquisição, incorporação, emissão de títulos. Conforme o CMV nº 489/05 define a classificação do passivo como contingencial ou não, é utilizado às definições dos termos praticamente certo, provável, possível e remota. O resultado da pesquisa é esclarecer um pouco mais sobre o assunto, podendo ajudar assim, a qualquer pessoa, conhecedora do assunto ou não.

Palavras-chave: Passivo, Obrigações, Registro.